GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 174ª REUNIÃO

Às dez horas do dia 16 de fevereiro de dois mil e vinte e três, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 174ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Felipe Alves da Silva Mendes Subsecretário Executivo da Seas, o Sr. Philipe Campello, Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam representante do INEA, a Conselheira Sra. Andrea Gallego representante suplente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan**,** o Conselheiro titular da Firjan Jorge Vicente Peron, o Conselheiro Suplente da Sefaz. Sr. Allan Cristiano dos Santos e o Sr. Marcus Wolfjdunell Budzynkz representante suplente da Apedema e o Presidente do Inea Philipe Campello. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Milena Almeida Suhett, Superintendente da Supfip/Seas, a Sra. Kamylla Ribeiro Machado, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida e o Sr. José Luis Filho, todos da Coofecam/Supfip/Seas, e ainda, o Sr. Ricardo Oliveira Gerente de Projetos da Dirram/Inea, a Sra. Ana Asti, Subsecretaria Subrhiss, o Sr. Marcio Santa Rosa, Coordenador/Dirbape, a Sra. Julia Diretora da Dirbape, o Sr. Marcelo/Dirbape, a Sra. Gabriela Guimarães da Dirbape, . O Sr. Felipe Alves inicia a reunião cumprimentando a todos, passando para o **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 173ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, abrindo para discussão aos Conselheiros e não havendo manifestação abre para votação por parte dos Conselheiros, considerando, então, a ata aprovada. Prosseguindo, passa para o **item 2 – Deliberação de novos projetos -** o Sr. Felipe informa que fará uma alteração na ordem de apresentação dos projetos passando o Projeto Gestão da Economia Azul no Estado do Rio de Janeiro a ser relatado primeiramente por motivo de agenda da Subsecretaria Ana Asti. **Item 2.4 Proponente: SUBRHISS/SEAS – Projeto "Gestão da Economia Azul no Estado do Rio de Janeiro" – Valor: R$ 11.967.000,00 – Prazo: 36 meses – Processo: SEI-070026/000229/2023.** A Subsecretária cumprimenta todos os presentes informando que vai fazer uma pequena introdução de como se chegou a este projeto. Prosseguindo, explica que no ano passado houve a participação da Conferência da ONU para Oceanos e a partir desta participação se começou a desenvolver diálogos com os comitês de bacias sobre a questão da gestão da costa e da economia azul que é trabalhar dentro dos setores da economia do mar pela lógica e pela ótica da sustentabilidade. Então, trazer projetos que tenham desenvolvimento econômico sustentável. Começando, então, a trabalhar com diversos fatores e em especial na última COP com a OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ligada também a ONU e partir desse trabalho se conheceu um programa chamado Blue City, Cidades Azuis, que desenvolvem as diferentes camadas de recursos hídricos a partir de zonas urbanas e dessa governança, dessa confluência de diferentes atores envolvidos nessa governança azul. E foi conversado com a OCDE que propôs fazer um projeto que seria o primeiro na América Latina junto com a OCDE, um piloto na América Latina em especial na região urbana, mas que acaba abraçando o Estado como um todo, que foi pedido para que fosse uma visão de Estado, e começar a trabalhar dentro deste diagnóstico do que se tem de Economia Azul e do que se pode desenvolver com um plano de ação do Estado. A Sra. Ana Asti continua, agora com a apresentação do projeto, explicando que a OCDE promove políticas de desenvolvimento econômico e bem-estar social no mundo, tendo como entendimento da Economia Azul como uma soma das atividades econômicas baseadas nos oceanos com os ativos, bens e serviços provenientes dos ecossistemas marinhos, com o diferencial de serem todas as ações relacionadas à sustentabilidade. E tem um processo muito importante no Estado que é a concessão do saneamento, com uma previsão de que nos próximos 10 anos conseguir sanear 90% da região metropolitana, a concessão é também em 46 municípios, não só na região metropolitana, tendo a possibilidade de ter uma melhoria muito grande no ecossistema e em especial nos ecossistemas de rios e baías. Então, continuando, a partir desse processo de concessão de saneamento, e o ganho de qualidade ambiental que se vai ter com o saneamento básico, é trabalhar no entendimento do desenvolvimento da gestão da economia,

de um setor que pode estar se devolvendo a partir dessa melhoria, dessa qualidade do ecossistema, que se vai ter com a concessão do saneamento. Prosseguindo, o objetivo geral do projeto é regulamentar e implantar a gestão da Economia Azul como uma política pública estratégica no Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, a Sra. Ana Asti apresenta o Sr. Marcio Santa Rosa. A Subrhiss criou uma coordenadoria na estrutura da Secretaria de economia azul e baías, para que este tema passe a se tornar parte do dia a dia, do trabalho da Subrhiss para que se possa investir no desenvolvimento da relação para o desenvolvimento sustentável das novas regiões costeiras, foi criada uma coordenadoria de economia azul e baías. O Marcio Santa Rosa será o Coordenador, explica a Subsecretária, ele tem uma longa história nessa área de desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a recursos hídricos, na região costeira. Então, é uma pessoa que está agregando muitas informações inclusive que já se tinha dentro do próprio Inea. Então, o Marcio é uma pessoa que está trazendo muita informação, ajudando a trazer muitos trabalhos que já foram feitos para que possa partir de trabalhos que já existem. O projeto tem como objetivos específicos, construir um modelo de governança para a economia azul no estado; elaborar e implementar uma política estadual para a economia azul; fomentar o desenvolvimento da bioeconomia azul no território do estado; desenhar planos de gestão para a região costeira e para as baías do estado. O projeto é baseado em quatro componentes: 1: Planejamento e Governança da Economia Azul (OCDE), podendo trabalhar com trocas de experiências com outras localidades que hoje têm esse reconhecimento como cidades azuis pela OCDE, no caso a Metrópole Azul em especial, mas a OCDE vai trabalhar o Estado como um todo, dando um enfoque na região metropolitana; 2: Elaboração e Implementação da Política Pública de Economia Azul; 3: Fomento à Economia Azul no Estado do RJ e 4: Gestão de Regiões Costeiras. A Secretaria com o apoio do Fecam aprovou um projeto de tecnologia azul junto a Uerj, o projeto já foi iniciado em janeiro. E a ideia é conectar esse campo da inovação com os resultados deste projeto que está sendo desenvolvido hoje. Hoje o PIB fluminense estima-se que 44% estão ligados a economia marítima, a economia do mar. Estão está se falando de área litorânea de 636 quilômetros, tendo uma riqueza muito grande conectada com a costa do Estado. E a partir daqui se entende que a virada climática que o Estado precisa dar em relação à geração de energia, que se traga muita mais informação sobre essa região costeira, sobre o potencial que se tem na região costeira e nas baías, e que se possa dar essa virada do clima conectada com a virada do desenvolvimento econômico sustentável. A Agenda 2030 da ONU que este projeto está conectado, falando de água potável, saneamento, energia acessível e limpa, emprego digno e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, cidades e comunidades sustentáveis ligadas a economia azul, consumo e produção responsável com base nas mudanças climáticas, combate às alterações climáticas, vida na água e parcerias em prol das metas. Este projeto tem incidência nas unidades de conservação de áreas de produção ambiental e conectadas com a área do litoral do estado. Dentro deste diagnóstico, dentro deste plano de gestão costeira e da governança, todas essas áreas estão envolvidas. E tem produtos que são previstos dentro deste projeto. Então, dentro do componente 1 do Planejamento e Governança da Economia Azul que é o projeto dentro do programa Blue City de Cidades Azuis da OCDE, é iniciado com diagnóstico socioeconômico de diferentes setores da economia azul do Estado, depois uma análise da relação entre a economia azul e segurança hídrica, daí vem um modelo de governança de Economia Azul, dando sequência para um plano de ação para a governança Azul. A OCDE virá ao Rio de Janeiro, continua a Subsecretária, serão feitas reuniões com todos os comitês de bacia, reuniões com diversos atores que serão identificados desse sistema da economia azul, para que se posse ter um plano de ação robusto, e propostas de marco-regulatórios e recomendações de políticas públicas e de planos de ação. O segundo componente – Elaboração e Implementação da política pública da Economia Azul. Então tudo que foi desenvolvido a partir do planejamento, continua a Subsecretária, interagindo com os municípios. Esses componentes não iniciam umas depois dos outros, parte são paralelos. A

OCDE está fazendo um levantamento socioeconômico falando com os comitês de bacia, falando com os diferentes setores de economia, com a indústria, tendo no componente 2 um levantamento de atividades e expectativas com os municípios da região costeira. Trabalhando o instrumento regulatório da politica pública da economia azul, o plano de desenvolvimento econômico sustentável para as regiões costeiras, baseado nesse plano de ação do componente 1; o plano de implementação, como se implementa, como define metas e cronogramas junto com os municípios, e o monitoramento e avaliação da implementação desse plano e da política pública. Essa é uma ação que vai descer para o nível municipal. É importante que os municípios, especialmente aqueles que estão na região costeira, estejam conectados com todo esse processo, como uma coisa só ampla do Estado, mas que se desça a política pública para o nível dos municípios. O componente 3 traz o tema da bioeconomia azul no Estado. A Subsecretaria sempre é convidada para conhecer projetos, vai a Ilha Grande conhece os projetos que estão sendo conduzidos pela Uerj, vai a locais conhecer os que está sendo feito com os manguezais. Então a Subsecretaria de Recursos Hídricos, quer começar com o mapeamento, com o diagnostico com o que tem de potencial de economia azul no Estado para que se possa compreender esse mapa do que se tem no Estado. E aí promover um evento, explica a Subsecretária, de todo esse grupo no Green Rio, que é um evento que acontece há mais de 10 anos no Rio de Janeiro, que é especializado em bioeconomia. A Subrhiss tem um espaço na área central e onde a OCDE vai fazer parte do trabalho de diagnóstico durante o evento, com diferentes atores, e todos estariam juntos no mesmo espaço, com um evento próprio da bioeconomia azul dentro do Green Rio, acontecendo numa tarde com diversos atores, a fim de se trazer um debate mais publico sobre todo esse movimento que está sendo feito. A partir daí, iniciar um processo de prospecções de estabelecimento de parcerias, para que não se tenha só o Estado, mas outros atores envolvidos nesse processo da bioeconomia azul, qualificação por empreendedorismo da economia azul, com uma parceria com o SEBRAE que tem um programa de economia azul que vai ter um investimento muito grande, especialmente com grupos de pesca, uma série de empreendedores que hoje trabalham com a economia azul. A Subrhiss vai construir um modelo de financiamento a projetos e acoplar financeiramente em projetos de Bioeconomia Azul no Estado a partir de um modelo de financiamento, de como funcionar a partir desse componente 3. É realmente um componente de fomento que tem no projeto aproximadamente 3 milhões de reais reservados para o incentivo de projetos de economia azul, para 10 projetos. Será construído este modelo de financiamento e a partir daí ver se realmente esse é o caminho que se está projetando, mas está se separando 3 milhões para fomentar projetos, explica a Subsecretária. O componente 4, prossegue, é a gestão de região costeira, que é uma demanda muito grande tanto do comitês de bacia de região costeira, em especial o comitê da baía de Guanabara, como é uma demanda que vem através de outras Secretarias do Estado como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que se desdobrou na Secretaria do Mar e Energia, que certamente são Secretarias que vão estar muito próximas da construção, como atores da construção deste projeto, da governança, tem-se os municípios mas também outros atores do Estado que trabalham com a Secretaria do Ambiente. Então se tem um plano de gestão costeira do Estado, que é a principal demanda que se recebe. Uma conexão com o planejamento espacial marinho que ainda não foi feita no Estado do Rio de Janeiro, um plano de gerenciamento costeiro para cada uma das três baías e, então, o ZEE a questão da organização do ordenamento do zoneamento ecológico econômico, que é importante para a preservação das três baías, é importante dizer que parte desse trabalho já foi feito, em especial em especial com relação a baía da Ilha Grande. O Inea já fez um trabalho muito grande nessa área. Então a Ilha Grande seria mais no sentido de dar continuidade de um trabalho que já se conhece os dados do passado, mas a baía de Guanabara e de Sepetiba necessita que se entre e faça esse desenvolvimento. E, então, é um monitoramento de todo esse processo da implementação desses planos. O Projeto, então, é ambicioso no ponto de vista de poder

desenvolver a gestão da economia azul, que é uma ação que não é só a Secretaria do Ambiente, mas diversos atores que vão estar envolvidos em toda essa caminhada, por isso o Projeto começa com o planejamento da governança, e está sendo previsto o orçamento de R$ 11.967.000,00, no prazo de 36 meses. E o comprometimento que se coloca com as atividades da economia azul que são sustentáveis, promovendo a proteção do ambiente e a conservação da biodiversidade, que sem o saneamento implantado ou com pouco saneamento implantado como afeta o nosso ecossistema, explica a Subsecretária, é um potencial que se tem que desenvolver nos próximos 10 anos, a partir dessa concessão que vai fazer uma diferença enorme para a qualidade da água da região costeira. E contribui para a transição de uma sociedade baseada em matérias-primas fósseis, para uma sociedade de base ecológica baseada em recursos renováveis. Isso necessário para alcançar as metas do clima para 2050. É importante dizer que é um projeto que estará conectado com a Uerj, que estarão envolvidos com algumas etapas do Projeto, conclui a Subsecretária. O novo Coordenador Marcos explica que em poucas palavras sua participação no Projeto. A Subsecretária chama atenção para a Sra. Gabriela Guimarães que ajudou muito neste projeto. O Senhor Felipe agradece e coloca a projeto para discussão. A Conselheira Andrea, suplente da Firjan, explica que está substituindo o titular, o Sr. Peron, que se encontra fora da sala, e que falará até que o titular retorne. Cumprimenta a todos e fará alguns comentários e perguntas sobre o projeto. Primeiramente parabenizar pela iniciativa, porque economia do mar é um ativo muito importante para o nosso Estado e precisa ser trabalhado. O projeto está bem estruturado com os componentes e aí que se inicia a minhas perguntas, informa a Conselheira Andrea. A Ana Asti apresentou, prossegue a Conselheira, a parceria com a OCDE, e que tipo de contrapartida a OCDE vai dar neste projeto e se tem algum recurso externo financeiro, ou se fará apenas uma orientação técnica. Então, é interessante entender essa interlocução com a OCDE. E a outra pergunta é a mais importante é como a Secretaria de Economia do Mar e Energia está participando deste projeto se eles foram consultados antes da apresentação do projeto no Fecam, se eles fizeram uma avaliação, se se posicionaram em relação ao projeto, porque já existe a questão da governança da economia do mar dentro dessa Secretaria de alguma forma e tem a participação de diversos setores que estão envolvidos com a economia do mar aqui no Estado. Tem grupos de trabalho, a Firjan também tem assento nessas câmaras e grupos de trabalho da Secretaria que trata da economia do mar. São essas as perguntas concluem a Conselheira. A Subsecretária responde que em relação à comissão ligada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Subsecretaria vem conversando muito, inclusive através da própria Marina, que é uma pessoa que era subsecretária na época, tem o Márcio também, então reuniões vêm sendo feitas com a Secretaria sobre os projetos, inclusive que envolve a Uerj, então a Subsecretaria está bem alinhada, explica a Subsecretária Ana Asti. Como a Secretaria do Mar foi criada agora em janeiro, foi marcada uma reunião com o Hugo. Está sendo feita agora a transição e estão vendo o que fica no Desenvolvimento Econômico e o que fica na Secretaria de Economia do Mar. É um projeto de construção conjunta, por isso foi falado na apresentação, é um processo que eles têm que ficar envolvidos, especialmente quando se fala na questão da gestão costeira, este trabalho tem uma pauta ambiental, mas tem uma pauta também que é do desenvolvimento econômico. E hoje o momento, nesse sentido, muito positivo no Estado, porque o Secretário do Ambiente é o Vice-Governador e também conversa com as outras Secretarias. Tem este momento que é muito propício para integrar as diferentes frentes do Estado do desenvolvimento de política pública. Então, a sua fala foi perfeita, diz a Subsecretária Ana, não tem como fazer isso desconectado. Aprovando o projeto no Fecam, parte-se para outra etapa que é desenvolver os termos de referência. E aprofundar todas as atividades. Em relação a OCDE, tem um programa em que ela presta assessoria a partir desse programa de Blue City Cidades Azuis para as cidades que estão interessadas em participar. E a OCDE ela entra normalmente com o seu capital humano, o custo que se tem é muito é de vir ao Brasil, o custo do processo que OCDE não arca, porque ela entra com o capital humano, o

conhecimento, a metodologia. Então, é uma troca. O custo, na verdade, do projeto está em real, mas o custo do projeto e da OCDE é de 150 mil euros. Mas a OCDE entra com todo o seu know how, com seu capital humano, finaliza a Subsecretária. A Conselheira Andrea agradece e informa ao Conselheiro Peron as perguntas sobre o projeto da Economia Azul e continua dizendo que a preocupação era se não seria melhor ter essa conversa com a Secretaria antes de aprovar o Projeto, para que a Secretaria possa contribuir e acrescentar outras coisas no âmbito deste Projeto, uma vez que está sendo usado recurso do Fecam, que poderiam utilizar ou outro componente. A Subsecretária informa que isso já foi feito, o projeto foi construído junto com a Secretária Marina, junto com o Professor Marcos Bastos. É que não existia em dezembro o Secretaria do Mar, mas vai ter também a conversa com o Hugo Leal. Então é importante não perder a janela com a OCDE agora então só no ano que vem. Então, tem um tempo das organizações internacionais. Então, a ideia é se levar o projeto para a Conferência da Água da ONU que vai acontecer daqui a um mês em março e o Green em agosto. Então tem todo o cronograma do Projeto que se não entrar agora vai parar jogando para o ano que vem. O prazo do Projeto é de 36 meses e talvez não se consiga terminar na gestão de 4 anos. Então, todas as reuniões foram feitas, com todos os atores que estavam neste momento. E agora com duas Secretarias em vez de uma, foi conversado com aquela em que estavam todos juntos e o Tiago e o Hugo estão muito próximos. Então não vai ter dificuldade em alinhar com o Hugo, porque na verdade já houve uma reunião com o Secretário Hugo e foi marcada nova reunião para maior aprofundamento. A Conselheira Andrea fica satisfeita com os esclarecimentos. O Sr. Felipe agradece a Conselheira e pergunta se mais alguém gostaria de ter a palavra, alguma dúvida. O Conselheiro da Apedema cumprimenta a todos e prossegue dizendo que acompanhando a fala da Conselheira Andrea representante da Firjan, uma das dúvidas é se os comitês de bacias dessa parte costeira já estão cientes, estão sabendo deste Projeto? A Subsecretária responde que já esteve com o comitê da baía de Guanabara que durante o ano passado falando sobre a pauta de um plano de gestão costeira do Estado como um todo. Houve diálogos, especialmente com os comitês da baía de Guanabara e a ideia do projeto é trabalhar essa governança com os comitês de bacia. Então aprovando o Projeto, passa para uma nova etapa que é iniciar o componente 1 e fazer este diagnóstico, inclusive com os comitês de bacia com os seus planos de bacia que são importantes para a construção do plano de gestão costeira, responde a Subsecretária Ana. O Conselheiro da Apedema agradece. O Sr. Felipe abre para votação do projeto, após o encerramento das discussões. O Conselheiro da Apedema aprova o Projeto. Nesse momento, o Conselheiro Peron Titular da Firjan, entra na reunião e cumprimenta a todos, e esclarece que após a troca de informações com a Conselheira Andrea Suplente da Firjan, o Conselheiro diz estar confortável para assumir a partir de agora, explicando que o entendimento da Firjan é exatamente a necessidade de alinhar o Projeto a visão e ao planejamento da Secretaria comandada atualmente pelo Deputado Hugo Leal. Particularmente a Firjan entende, como falou a Ana, em dezembro não tinha a Secretaria quando foi pensado o Projeto. Mas agora tem uma Secretaria que indica no próprio nome Secretaria da Economia do Mar. Então este Projeto precisa fazer parte desse plano estratégico da Secretaria, integrar necessariamente o planejamento de trabalho da Secretaria nos próximos 4 anos, muito do que este Projeto que se propõe a entregar faz parte do escopo dessa própria Secretaria. Então a Firjan se abstém do voto e condiciona a uma manifestação formal da Secretaria na próxima reunião de que este Projeto realmente está alinhado com o planejamento de trabalho nos próximos 4 anos da Secretaria. O Sr. Felipe agradece e pergunta sobre o voto da Sefaz, o Conselheiro Allan aprova o Projeto, mas reforça o que disse o Conselheiro Peron da Firjan, que na próxima reunião se tenha a manifestação da Secretaria do Mar. O Inea vota favorável. O Sr. Felipe destaca a necessidade de haver uma comunicação formal com a Secretaria do Mar para informação ao Conselho na próxima reunião. O Projeto é aprovado e o Sr, Felipe passa para o próximo item, **item 2.1 – Proponente: DIRBAPE/INEA – Projeto "Volta Guará: A reintrodução do guará-vermelho**

(eudocimus ruber) na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba" – Valor: R$ 3.248.386,55 – Prazo: 24 meses – Processo: SEI-070002/001732/2023. O Sr. Felipe passa a palavra a Sra. Julia, Diretora da Dirbape. A Diretora cumprimenta todos os presentes informando que está trazendo o Projeto para ser submetido ao Conselho, um projeto inédito no Fecam, que é um projeto voltado para a conservação da biodiversidade. É um primeiro projeto dentro de uma lista de outros prioritários que estão listados no âmbito da Diretoria de Biodiversidade. É um projeto que faz parte de um programa maior que o programa estadual de introdução de espécies e especificamente este projeto traz a questão da reintrodução do guará-vermelho que é uma ave símbolo da região de Guaratiba, inclusive o nome da região vem justamente dessa ave e hoje ela é localmente extinta na região de Guaratiba e a ideia é trazer através de uma metodologia já consolidada em outros estados que já trabalharam com a reintrodução dessas espécies, trazendo de volta para a natureza essas espécies que estão extintas localmente. A Diretora informa que está com a equipe da gerência de Palma, o Marcelo é o gerente de Palma que vai fazer a apresentação junto com toda a equipe técnica pertencente à Gerência. O Gerente cumprimenta a todos, informa que vai trazer para a reunião o Projeto, que vem sendo pensado desde 2017, mas por diversas questões não foi possível trazer e hoje bastante consolidado com experiências ao longo desses anos, tratando essa parte técnica com levantamentos, com conversas com pessoas do meio e com assessores, o que hoje possibilitou trazer o projeto já consolidado para a aprovação e fazer a reintrodução dessa importante espécie na área do Estado do Rio de Janeiro. A região de Guaratiba tem esse nome, uma palavra de origem tupinambá de origem indígena, e com a junção dos dois vocábulos guará, que significa muitas aves e tyba que significa um ajuntamento, uma agregação de coisas. Devido a essa junção a formação da palavra Guaratiba, o que traz também o nome da Reserva Biológica Estadual de Guaratiba. Uma região de extrema importância devido ao fragmento da Mata Atlântica, principalmente a área de manguezal. Uma região berçário de várias espécies principalmente de aves e peixes, pequenos crustáceos, que são a base alimentar de muitas espécies dentro da cadeia, formando definitivamente um local de extrema importância na Conservação do Estado do Rio de Janeiro. Então, essa é a ave símbolo, neste momento o Gerente mostra um slide, que é o guará-vermelho, que historicamente tem registro dessa ocorrência no Estado, mas que com os anos essa espécie acabou sofrendo diversos tipos de pressão o que causou seu o desaparecimento. O último relato sobre o registro desta espécie foi em 96, dentro do plano de manejo da Reserva de Guaratiba. Ocorreram outros relatos de pessoas sem o registro oficial de fotos, mas apesar disso tem um animal no Museu Nacional o que comprova a existência desse animal no Estado do Rio principalmente nessa área de Guaratiba. E no Rio de Janeiro a espécie é classificada como criticamente em perigo, lembrando que esse status da lista que foi realizada em 1998. Então, é um animal que se tentará reverter esse status trazendo este Projeto. A situação atual dessa espécie a nível nacional são populações desconexas no norte-nordeste e sul-sudeste. E alguns estados estão recuperando populações de guarás como Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Em relação à característica da espécie é um animal que em natureza vive em torno de 16 anos e em cativeiro uma média de 20 anos. Entre machos e fêmeas tem uma diferença em relação a peso, tem um comportamento gregário, é uma ave que vive junto não só em grandes grupos, mas também com outras espécies, formando um bando bem extenso de animais, tendo uma importância ecológica de equilíbrio local. Os filhotes têm uma coloração diferenciada, uma coloração negra, o Gerente mostra um slide, e os adultos com uma coloração vermelha por conta da base da alimentação, principalmente de pequenos caranguejos, por conta do caroteno tem essa pigmentação diferenciada que torna uma ave bastante chamativa, muito especial. Foi identificada presença de reprodução em Jardins Zoológicos e Parque Zoobotânicos no Brasil que realizam a reprodução com incubação de ovos, como o Parque Zoobotânico Mangal das Garças em Belém/PA e no Parque do Museu Goeldi em Belém/PA. Além disso, foi identificado dentro do Projeto alguns locais com a

ocorrência dessa espécie e já existem conversas iniciadas para alguns financiadores para o Projeto. Então o objetivo geral, continua o Gerente, é reintroduzir o guará-vermelho na Reserva Biológica de Guaratiba e definitivamente conseguir avermelhar, trazendo de volta essa cor para a região de Guaratiba. E dentro dos objetivos específicos, construir o viveiro de aclimatação, que será dentro da área do CETEX do Exército, uma área bastante preservada, uma região de mangue e também uma região de grande importância, sem acesso da população, é um local em que os animais não vão sofrer interferência externa, tendo a tranquilidade para trabalhar o manejo, para trabalhar a aclimatação, conseguindo realizar depois a soltura. Realizar exames de saúde durante a quarentena dos guarás a serem reintroduzidos. Soltar os indivíduos aptos. Conduzir a aclimatação dos animais, porque serão trazidos não só animais de cativeiro, mas também de vida livre. Com esses modelos de aclimatação fazendo com que o animal se ambiente, identifique a alimentação no entorno e possa ter um local seguro para restabelecer aquela população. E monitorar esses guarás vermelhos soltos na natureza. E ao longo de todo o Projeto as aves serão monitoradas para saber da consolidação, como está sendo a fixação da população na região, se estão se alimentando e se está tudo correndo como o planejado. E o objetivo 6 é sensibilizar, com atividades de educação ambiental, a população local para a conservação da espécie e do manguezal. Quanto a metodologia foi estabelecido acordos cooperação técnica com instituições colaboradoras do projeto, licitar e contratar a equipe operacional do projeto de reintrodução. Preparação: alinhamento, elaborar o plano de trabalho, reconhecimento de campo, compra de material, obter licenças obrigatórias. Construir o viveiro em Guaratiba, incluindo postos de suplementação e desenvolver atividades educacionais durante todo o projeto, com divulgação na mídia do PVG e do RBG. Confeccionar e instalar bonecos de guará vermelho na Reserva Biológica de Guaratiba para aumentar as chances de estabelecimento da população em locais seguros e realizar captura dos guarás de vida livre e transportar os animais de cativeiro para o Estado do Rio de Janeiro, onde vão passar por todo o processo citado anteriormente. Realizar exames, anilhar todos e paramentar com GPS parte dos espécimes que serão transportados para o ERJ. Aclimatar os animais, com monitoração das condições de saúde e de independência no viveiro de aclimatação, até a sua soltura branda. E monitorar visualmente e por radiotelemetria os animais, identificando as localizações dos espécimes, os itens alimentares consumidos, eventos de reprodução e óbitos a fim de checar o sucesso da reintrodução. Os resultados obtidos ao longo desses anos que o projeto foi pensado, como o laudo do laboratório do Inea atestando a qualidade da água e níveis de salinidade satisfatórias do manguezal de Guaratiba, que viabiliza não só a reprodução como também a área de vida desse animal. Foi realizada também uma Hora Técnica – “extinção local do guará vermelho e sua possível reintrodução em Guaratiba”, com mais de 60 participantes, inclusive com assessores e pessoas de nome como o pesquisador que escreveu um livro sobre o Guará e outros ornitólogos relevantes dentro do Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado também incursões da equipe da Dirbape encontrando populações de caranguejos, ninhais de garças e atestando condições aceitáveis de salinidade do corpo d’água. E, também, apresentação do PVG em eventos do Clube de Observadores de Aves – COA e do Avistar Rio, com boa aceitação da proposta. Este projeto já teve matéria publicada “Lenda em Guaratiba, guará pode voltar para casa” no Jornal O Globo, entre outras mídias. E, ainda, a assessoria técnica com diversos pesquisadores como os Drs. Fábio Olmos (Permian Brasil), Henrique Rajão (PUC/Rio) e Claudia Russo (UFRJ). Os resultados que se espera entregar é uma boa aclimatação e taxas de sobrevivência e reprodução gerando uma população viável residente na RBG; melhorar o status de conservação da espécie no ERJ, atualmente definida como criticamente ameaçada; restabelecimento da função ecológica da espécie como reguladora de populações de pequenos caranguejos e como parte integrante do ecossistema local, uma espécie que através dela vai poder fazer a conservação não só do ambiente como de diversos espécimes essas micro espécies como caranguejo, que são realmente a base alimentar não só

de aves como de outros peixes, trazendo uma riqueza de fauna no local; resgate da espécie-símbolo da RGB e da beleza cênica da região pela presença de uma espécie visualmente impactante. A coloração do Guará traz um destaque nas áreas de ocorrência desse animal, não só a beleza cênica como o orgulho para a população que tem no nome do local, trazendo a questão do turismo, movimentando os mercados de avistamento de aves, com movimentação de guias para fazer essa observação, trazendo uma caraterística econômica para a região de Guaratiba, para a comunidade local, principalmente a pesqueira, a questão do artesanato podendo trabalhar conseguindo uma economia a parte; e, finalizando, construir um programa de consciência ambiental envolvendo o Guará propiciando a aproximação da RBG com a comunidade, resgate da autoestima e pertencimento à região, conservando a espécie e todo o Manguezal. O custo do Projeto é de R$ 3.248.386,55 e o prazo de execução de 24 meses. É um projeto piloto que nesse primeiro momento vai trazer uma população de viável e automaticamente vai se tornar sustentável e se reproduzir aumentando e crescendo dentro do local. O Gerente Marcelo finaliza apresentando o cronograma do projeto e consolidando as informações que foram trazidas, tem-se que o Guará é uma das aves mais espetaculares do Globo, citado pelo ornitólogo Sick, que é uma autoridade internacional, uma espécie bandeira, espécie símbolo da RGB, dando visibilidade para o projeto e mais apoio para a conservação do manguezal e uma população viável sinalizará o sucesso do projeto. Então, o Guará precisa de áreas extensas de mangue e sua reintrodução fortalecerá as ações do Plano de Ação Nacional do Manguezal (2105), um plano de extrema importância para a região estuaria que traz diversos benefícios para não só para a área de Palmas como a vegetação dentro dessa região do estuário. O grande objetivo é avermelhar a região de Guaratiba, neste momento o Gerente mostra um slide de uma revoada de Guarás vermelho em uma das áreas de ocorrência. Termina agradecendo a todos e se colocando para perguntas sobre o projeto. Acrescenta, ainda, que o projeto que é de extrema relevância, devolvendo uma espécie ao seu local de origem. O Sr. Felipe parabeniza a Dirbape pela apresentação do projeto que tem haver o Conselho do Fecam que é a recuperação da fauna do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, abre para discussão do projeto apresentado pela Dirbape. O Conselheiro Peron, da Firjan, informa que vai fazer algumas considerações sobre o projeto. Primeiro parabenizar o Marcelo, equipe, Julia, pela organização do projeto, está muito claro, muito interessante, mostra sem dúvida nenhuma um esforço de estudo, com os benefícios inegáveis a respeito do resultado deste projeto. Parabéns para equipe que preparou, elaborou, organizou, e com certeza vai ter todo sucesso na implementação desse projeto mais a frente. Ao fazer uma leitura do projeto, o que chamou a atenção foi exatamente um ponto que a Julia comentou logo no início da sua fala, que não era normal trazer este tipo de projeto para o Fecam. E, diz o Conselheiro, que ficou tentando lembrar quando foi a última vez que o Fecam aprovou um projeto dessa natureza e não lembrou nesses 5 anos representando a Firjan no Fecam e não se lembra de ter aprovado projeto dessa natureza. Após olhar o texto que está muito bem elaborado, e em relação justificativa que foi utilizada para apresentação. E todas as justificativas legais no item 10.2 – enquadramento, todas as justificativas desse projeto para o Fecam dizem respeito à Constituição do Estado do Rio, mas nenhuma traz legalmente a natureza dos projetos aprovados pelo Fecam. A sugestão é que reforce esta justificativa, faça uma atualização nessa justificativa legal, para que o enquadramento do projeto, a natureza do projeto esteja dentro de projetos que possam ser aprovados pelo Fecam. E por fim, só uma observação, continua o Conselheiro, informa que teve recentemente uma oportunidade de conhecer um projeto chamado Parque dos Falcões. Esse Projeto funciona no município de Itabaiana no interior do Estado do Sergipe, a 60 km da capital Aracaju, e é o único parque na América Latina que tem por objetivo exatamente de receber, aclimatar, acondicionar e reintroduzir espécies de aves de rapina em toda a América Latina. Então, um benchmarking para que a equipe pudesse conhecer a estrutura, esse Parque funciona há 10 anos e tem muitas das etapas que a equipe pretende percorre. Esse Parque já avançou, já fez correções, já adquiriu conhecimento prático,

então, a título de benchmaking valeria a pena a equipe ter um trabalho de aproximação com a administração do Parque dos Falcões. E ainda tem um adicional continua o Conselheiro, o Parque dos Falcões tem um aporte de recursos da iniciativa privada. Então, parte da manutenção desse Parque é mantida pela iniciativa privada, local, da Energisa. É uma oportunidade para que este projeto, depois de 2 ou 3 anos de financiamento feito pelo Fecam que se mantenha vivo ao longo do tempo a partir de parcerias publico-privadas para manter este projeto vivo ao longo do tempo, dado a sua importância regional. Com certeza na região de Guaratiba vão encontrar empresas de grande porte inclusive que tenham potencial interesse de fazer parte dessa avaliação de patrocínio, de parceria num projeto dessa natureza. Seriam essas considerações, finaliza o Conselheiro. A equipe se manifesta dizendo do conhecimento de vários projetos como de Ararajuba em Belém/PA, que foi trazido de São Paulo para Belém/PA. O Conselheiro Peron corrobora falando do aproveitamento dos caminhos que esses projetos percorreram e trocar essa experiência para alguns ajustes que eventualmente só vai percorrer. O Sr. Felipe se dirige ao Conselheiro Peron dizendo que pela colocação que foi feita neste projeto a respeito da fundamentação, acreditando que foi muito bem fundamentado no que está na Constituição. A Constituição é clara no item 17 quando diz que o programa de proteção à fauna, do centro de triagem de animais, proteção e a fiscalização, mas muito boa a sua colocação para a equipe da Dirbape que busquem novas legislações não só na Constituição do Estado mais em outras para que fique mais robusto. O Conselheiro Peron diz que principalmente no que diz respeito a esse enquadramento na Constituição, o Fecam tem uma estrutura legal que indica a natureza de projetos que podem ser submetidos ao Fecam. É só fazer esse cruzamento. Esse projeto tem essa natureza e o Fecam prevê que sim, essa natureza pode ser aprovada dentro do artigo tal, do inciso tal, completa o Conselheiro. O Sr. Felipe retorna dizendo que concorda quando foi posto no formulário o inciso do Constituição, o inciso é bem taxativo, mas enfim fica uma sugestão do Conselheiro. Em seguida, o Sr. Felipe passa a palavra aos demais Conselheiros para manifestação. O Conselheiro do Inea se manifesta dirigindo ao Conselheiro Peron sobre a fala do projeto de conservação. A impressão do Conselheiro é que o Fecam era blindado para projetos de biodiversidade. Prossegue dizendo que o Fecam, por causa do FMA, havia uma distribuição que não deveria ter ocorrido, porque às vezes existem recursos no Fecam que o setor de biodiversidade não aplicava esperando aplicar os recursos do FMA, não tendo essa abertura, essa previsão legal de encaixar esses projetos no Fecam, para utilizar os recursos. E foi feita uma apresentação muito boa no Fecam, e diz que quando esteve na COP de biodiversidade no Canadá ano passado, e como isso é importante para a imagem do Rio de Janeiro, porque na verdade o Rio de Janeiro foi protagonista no processo da conservação da biodiversidade desde 92 (ECO 92) e parece ter perdido esse protagonista por várias questões, prossegue o Conselheiro, lembrando que o trabalho agora é muito intenso para retomar o protagonismo e liberar certos projetos, como falar da Mata Atlântica, para de falar da Amazônia, mas hoje em Brasil se fala muito na Amazônia e se fala pouco do bioma onde vive 60% da população que é o mais ameaçado em relação antrópicas. E quando coloca um programa desses, continua, como o do mico-leão dourado e falam da importância do Rio de Janeiro no contexto, começam a olhar o Rio de Janeiro de outra forma, e muito até em relação à produção econômica, como quando se tem grandes players e se tem no entorno tem uma área com um animal reintroduzido, uma recuperação de espécie, quando a água do manguezal está propícia para reprodução de uma espécie, tudo isso corrobora dizendo para a sociedade que quer o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento compatibilizado com a conservação ambiental e sustentabilidade prossegue o Conselheiro dizendo ter certeza que a equipe que trabalhou o projeto vai adotar o projeto, porque é a imagem do Rio de Janeiro, o que se quer passar mais fortemente para a sociedade. Finaliza dizendo da felicidade de ver um projeto de biodiversidade e conservação no Fecam. O Conselheiro Marcus, da Apedema, falando da conservação ambiental, um tempo atrás, que o Fecam tinha que ter não só grandes

projetos de intervenções cinzas, mas projetos de educação ambiental. A educação ambiental já tinha sido colocada na pauta como o Ambiente Jovem entre outros e agora deixando a câmara mais diversificada trazendo a questão da discussão de usar recurso dentro dessa câmera, os projetos são menores e tão importantes quanto principalmente para a imagem do Rio de Janeiro, para a imagem que se quer passar para fora, esperando ver mais projetos da Dirbape aqui no Fecam, assim como já outros projetos que são baseados na natureza, nada contra os projetos de solução cinza, mas cada vez mais buscar soluções verdes para o Estado do Rio de Janeiro podendo transformar o diferencial do Rio de Janeiro como atração de investimentos econômicos. O Sr. Felipe encerra as discussões e abre para votação do projeto. O projeto é aprovado por todos os Conselheiros. Passa, então, para o próximo projeto da pauta **item 2.2 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro" – Valor: R$ 41.622.402,00 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070002/001658/2023.** O Sr. Felipe passa a palavra para a Dirram para a apresentação do Projeto. O Gerente Ricardo da Dirram cumprimenta a todos e inicia a apresentação, falando que o objeto do projeto é implementar estruturas que permitam recuperar a margens dos corpos hídricos através da construção de áreas de lazer, algumas barreiras físicas, evitando que as margens sejam reocupadas, propiciando o bem-estar para a população do local. O Estado do Rio de Janeiro é dividido em 9 regiões hidrográficas e para melhorar a eficiência da execução do Projeto, foi dividido em 6 lotes, tipo de regiões para contemplar todas as regiões hidrográficas. O primeiro desses lotes seria a região da baía da Ilha Grande RH1 e do Guandu RH2. O outro lote seria a região hidrográfica 3 do Médio Paraíba do Sul, outro seria a junção do Piabanha RH4 e a região dos rios que a RHVII, e outro lote juntaria a RHVI e RH VIII Lago São João. A RHV a região da baía de Guanabara fica separada e a RH IX que é a o Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Estas separações foram propostas de acordo com o tamanho dessas bacias hidrográficas e a quantidade de serviços que são previstos, sendo que esses 6 lotes têm a mesma quantidade de serviços. Essa divisão foi feita para equalizar o trabalho nesses locais, explica o Gerente Ricardo. O Diagnóstico Ambiental – O Rio de Janeiro é uma das 27 unidades federativas do Brasil, estando na região Sudeste junto com mais quatro Estados, com vários tipos de morfologia como montanhas, baixadas e planaltos. Então, esse é um dos motivos que se utiliza para poder dividir as regiões de atuação juntamente com as RHs, e a tendência é tratar cada RH de maneira diferente, justamente para conseguir colocar o serviço de modo que atenda a qualidade prevista. O Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos teve um crescimento populacional significativo e desordenado, acabando por afetar a infraestrutura e um dos pontos mais atingidos é a parte hídrica, ocupando os locais que o rio tem que passar e há necessidade de fazer manutenção para evitar enchentes, danos materiais e danos à vida. Essa ocupação acaba trazendo obstrução das calhas devido a vários fatores como assoreamento e retirada da cobertura vegetal das encostas, parte da vegetação nascendo na calha do rio aumentando a obstrução dos canais, e o processo de erosão das encostas aumenta o assoreamento dos rios, podendo ocasionar alguns eventos obstruindo completamente as calhas dos rios e as margens dos rios acabam sofrendo colapso obstruindo o rio de modo mais abrupto. Além disso, esse processo de ocupação humana aumenta o coeficiente de escoamento superficial, então a partir do momento que se impermeabiliza as bacias, as vazões dos rios tendem a aumentar reduzindo a capacidade de absorção do solo e consequentemente a água chega mais rápida ao corpo hídrico. Existe também a questão dos resíduos sólidos, muito lixo é lançado na superfície, e a população não consegue colocar em lugares adequados e o lixo acaba indo direto para os rios. Tem também a questão do esgotamento, continua o Gerente Ricardo, aumenta a chegada de resíduo sólido e questão da poluição desses corpos hídricos, podendo, os eventos de cheia, trazer doenças a população. Enfim, todas essas questões acabam gerando um dano a população e dano ao ecossistema da localidade. Então, o objetivo geral do projeto que é recuperar as margens dos corpos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo

específico de minimizar as causas de inundações, reduzir o lançamento de lixo urbano nos corpos hídricos e prevenir a proliferação de vetores e evitar a ocupação e construção regular junto das margens. Este projeto é uma continuação do Limpa Rio Manual da Dirram. Esta é a primeira fase, que é mais pesada, ela tem o objetivo de fazer toda limpeza das calhas desses corpos hídricos de forma manual. A Dirram tem o Programa Limpa Rio que utiliza máquinas e não conseguindo atuar em todos os corpos hídricos de uma cidade, de um município, porque em alguns desses corpos hídricos as máquinas não conseguem acessar, o serviço, então, tem que ser de forma manual e a Dirram, ano passado fez a contratação desse serviço de limpeza manual desses corpos hídricos para atender e aumentar a quantidade de rios que a Dirram faz a manutenção reduzindo os danos causados pelas chuvas e os eventos de cheia. Essa parte tem que ser complementada através da implantação dessas estruturas de lazer que serão colocadas e também fazer uma urbanização que seja em pontos ao longo da margem do rio com o objetivo de evitar a ocupação irregular além de colocar alguns obstáculos para que a população não consiga acessar a calha do rio com lixo ou entulho. Fazer a proteção das margens para garantir que durante um evento de chuvas intensas a calha esteja livre e não carreie nada para dentro desse corpo hídrico a fim de garantir o perfeito escoamento. A partir da contratação a empresa que for executar terá que fazer o plano de trabalho, o programa das atividades, indo a campo verificar os locais que são possíveis fazer instalação dos equipamentos, fazendo alguns planos de trabalho, e entregar o planejamento com cronograma com as intervenções naquele local. Sendo executadas as obras, com a limpeza e desobstrução do local, cercar algumas áreas que não permitindo as pessoas terem acesso para o corpo hídrico, fazer a instalação de um projeto de urbanização, colocar mobiliário urbano, mesas de pic-nic, ecopontos para ter um local correto de destinação do lixo, fazer a pavimentação com materiais impermeáveis, e um projeto de recuperação paisagística com plantio de árvores. Depois de tudo a empresa apresenta o cadastro para o registro de todas as intervenções que foram feitas, caso se necessita fazer outras intervenções. O resultado esperado prossegue o Gerente, é conservar e preservar as margens dos corpos hídricos, proporcionando lazer e bem-estar à população do local e garantir que não haja mais ocupação, mitigando a expansão urbana desordenada. Além de conscientização da população em prol do meio ambiente. Justificativa – muitos trechos de rios na cidade as populações fazem uso de maneira inadequada jogando lixo, resíduos sólidos, resíduos de construção. Então é necessário buscar soluções não só de desobstrução da calha, mas tem que garantir que não se leve esses materiais para dentro do rio. A primeira etapa foi a limpeza da calha e agora fazer a recuperação da margem colocando essas instalações de mobiliário urbano, reflorestamento evitando o despejo de lixo no rio. O total de investimento deste Projeto para todo o Estado é de R$ 41.622.402,00 no prazo de 12 meses, finaliza o Gerente Ricardo. O Sr, Felipe pergunta coloca o Projeto para manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Peron se manifesta com relação à área de abrangência do Projeto. Como se evita a sobreposição muito grande deste Projeto com o Projeto Limpa Rio? Como separa os dois, o que um faz, são complementares? Pergunta o Conselheiro Peron. São complementares responde o Gerente Ricardo, o Projeto Limpa Rio, utiliza máquinas. O Conselheiro do Inea pede a palavra explicando o que acontece na ponta. O Limpa Rio acontece, as margens são limpas, sem o controle do ordenamento urbano e as pessoas de apropriam daquela margem, historicamente nossa colonização portuguesa aproxima a população dos corpos hídricos. Então, o Limpa Rio faz o trabalho de desassoreamento, vem a ocupação e não se consegue mais fazer a limpeza com a máquina porque a margem está ocupada, o que está acontecendo em São Gonçalo. Então, prossegue o Presidente do Inea, precisa dar para a população uma sensação de pertencimento comum das margens do rio. A população precisa entender ambientalmente que é importante não ocupar, mas de alguma forma tem que fazer com que se torne um lugar que eles habitem. Porque se limpar e deixar aquela margem chapadinha, sem precisar terraplanar e o indivíduo se apropria daquele lugar. O que é a proposta deste programa é requalificar a orla desses corpos hídricos,

com reintrodução das espécies nativa, fazendo um programa de restauração florestal, mas também com alguns equipamentos urbanos, que a população utilize aquela área não podendo ocupar, para que na próxima vez que for limpar, primeiro reduz o caimento de sedimento nos corpos hídricos, fixa a margem e ao mesmo tempo vai ter uma academia da melhor idade, um espaço de contemplação, porque se aquela margem for inundada não vai causar nenhum problema, mas que a população frequente aquela parque fluvial e proteja a área. Na verdade este Projeto é um pós Limpa Rio é o day after do Limpa Rio, ou seja, limpa e protege. Porque hoje acontece que limpa e depois tem que entrar com Limpa Rio Comunidade, que é o Limpa Rio Manual. O Conselheiro Peron agradece as explicações. O Sr. Felipe encerra as discussões e passa para a aprovação do Projeto pelos Conselheiros. O Projeto é aprovado por todos os Conselheiros. Passa, então, para o próximo projeto da pauta **item 2.3 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Serviço de Desassoreamento e Limpeza dos Corpos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro" – Valor: R$ 214.950.633,18 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070002/001653/2023.** O Sr. Felipe passa a palavra para a Dirram para a apresentação do Projeto. O Gerente Ricardo da Dirram começa a apresentação explicando que o objeto é o próprio título do Projeto e como na apresentação anterior para melhor atuação do Projeto, a Dirram dividiu o objeto em 6 frentes de serviço, fazendo a atuação na RHI Ilha Grande, RHII Guandu, outra frente de serviço é a região hidrográfica do Médio Paraíba RHIII, a RHIV Piabanha e RHVII Rio Dois Rios, RHVI Lagos São João e RHVIII Macaé e Rio das Ostras e RHV Baía de Guanabara e RHIX Baixo Paraíba. Prossegue, informando sobre o diagnóstico ambiental, que o Estado é formado por regiões morfologicamente distintas, a baixada e o planalto, por isso a separação dos serviços por regiões hidrográficas, e devido ao clima e o efeito das chuvas diferente em cada local. O efeito do crescimento populacional, o crescimento desordenado, o lançamento de resíduos nos rios, resíduos sólidos e os esgotos sanitários que causam obstrução dos rios, a questão do desmatamento, a retirada da cobertura vegetal das encostas e das margens dos rios, causando assoreamento. Então todos esses processos devido ao crescimento desordenado acabam gerando um efeito nos rios, tornando vulnerável com o aumento das inundações. Então, é proposto para este Projeto o serviço de desassoreamento com utilização de máquinas. Ao contrário do outro Projeto, neste Projeto a contratação de serviços envolve máquinas para atuar em rios e calhas maiores em que a material assoreado e o volume de água existente são maiores e permitem um trabalho mais eficiente com a utilização de máquinas. O objetivo específico é minimizar as causas de inundação, reduzir o lançamento de lixo urbano e resíduos sólidos nos corpos hídricos, prevenir a proliferação de vetores e evitar a ocupação e construções irregulares junto às margens. As atividades previstas são: serviços de aluguel de máquinas e equipamentos para apoio as ações de recuperação ambiental dos corpos d'água localizados nas regiões hidrográficas RH1 e RHII e RHIII. E o resultado esperado, a partir da limpeza que será realizada, é prevista a redução das inundações reduzindo a disseminação de doenças causadas pela poluição desses corpos hídricos, melhorando o escoamento, reduzindo prejuízos financeiros causados pelas enchentes e com isso melhorando a qualidade de vida e a qualidade socioambiental das regiões atendidas. Como justificativa, continua o Gerente, no ano passado com a grande quantidade de chuvas os danos causados foram muito grandes. O escopo de contratação definia qual corpo hídrico seria contemplado no Limpa Rio e impedia situações excepcionais e não planejadas a Dirram ficava impedida de atuar em vários frente porque o modelo de contratação não permitira, Então a nova contratação a Dirram fez uma análise demandas de limpeza dos rios e o dimensionamento necessário para atuar na região, de modo que garantisse a manutenção dos corpos hídricos, e permitir que no caso de acontecer algum evento que o Inea atue para fazer uma desobstrução mais rápida de uma calha do rio, a metodologia adotada permite. Então, a Dirram recebe as demandas, faz o planejamento do que precisa ser feito e faz a atuação. Essa nova metodologia contempla essas atuações em todas as regiões hidrográficas. Com isso aumentando a eficiência no

atendimento nas limpezas desses rios. Pequenas ocorrências danosas ocorrendo de forma excepcional eram difíceis de serem atendidas porque o escopo dos contratos já tinha pré-definido quais os corpos hídricos deveriam ser atendidos e isso tornava difícil o atendimento da população e o local que realmente estava precisando. Isso foi corrigido. Com isso a Dirram consegue retirar todo o sedimento, fazendo um trabalho maior, conseguindo tirar material sobre-nadante, a vegetação que é carreada durante as chuvas se desprendendo do próprio curso do rio além de retirar os materiais sólidos mais pesados e o material sólido mais leve que são os lixos, conseguindo implementar as ações que é manter a qualidade de escoamento dos corpos hídricos para evitar as enchentes. Por fim, ressaltando que esse contrato vai conseguir atender a demanda mais imprevisível, a questão é saber aonde vai acontecer. Será um contrato mais dinâmico para implementar essas limpezas nos rios. O investimento total é de R$ 214.950.633,18 no prazo de 12 meses com uma média de 30 a 35 milhões por região hidrográfica por frentes de serviços nessas regiões, finaliza o Gerente Ricardo. O Sr. Felipe agradece a abre para discussão do projeto. Não havendo que queira se manifesta coloca a projeto e votação. O Projeto é aprovado por todos os Conselheiros. Finalizando, passando, então, para as considerações finais da reunião, agradecendo a todos pela presença e convidar a todos para a próxima reunião de forma presencial, dizendo que após a pandemia o contato presencial será interessante nas discussões do projeto. O Conselheiro Markus pergunta se haveria previsão para a próxima reunião? A Superintendente Milena responde que deverá por e-mail brevemente. O Conselheiro comunica que a primeira reunião ordinária da Apedema está marcada para acontecer de forma híbrida, mas a maioria vai estar presente n Auditorio do CENJE na Cinelândia e provavelmente devido a problemas da Dra. Claudia Valente, a Apedema estará substituindo membros que poderá ser este Conselheiro no dia 28 deste mês. Mas no dia 28 já sai ofício e a Apedema informará a mudança. A possibilidade de serem mantidos os dois membros representantes deste Conselho. Mas será comunicada a decisão da reunião. O Sr. Felipe agradece a todos e finaliza a reunião.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRANDI DA SILVA
Representante do INEA

JORGE VICENTE PERON
Representante da FIRJAN

ANDREA LOPES
Representante Suplente da FIRJAN

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ

MARCUS WOLFJDUNKELL BUDZYNKZ
Representante Suplente da APEDEMA